



Universidade Lusíada
Lisboa

Pós-graduação
**GESTÃO DAS FINANÇAS
PÚBLICAS**



////////////////////
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ECONOMIA E DA EMPRESA

Instituto Lusíada de Pós-graduações
Universidade Lusíada de Lisboa
Rua da Junqueira, 188-198, 1349-001 Lisboa
Telefones: +351 213 611 532 / 213 611 533
Fax: +351 213 638 307
E-mail: ilpg@lis.ulusiada.pt
Internet: www.lis.ulusiada.pt

APRESENTAÇÃO

Os recursos financeiros limitados levam a que o fornecimento de bens e serviços públicos deva assentar num quadro de sustentabilidade das finanças públicas, que envolve dimensões como a solvência, o crescimento económico, a estabilidade e a equidade.

Na sequência da crise das dívidas soberanas, a União Europeia criou um conjunto de mecanismos de acompanhamento da economia e das finanças públicas dos Estados-membros que afectam de forma significativa a condução da política orçamental, em particular nos países com baixa margem orçamental. No contexto da garantia da sustentabilidade das finanças públicas, o modo como é estruturado o processo orçamental assume especial relevância, tendo Portugal dado passos significativos nesta área, em conformidade com as orientações da União Europeia e os compromissos assumidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, destacando-se a publicação em Setembro de 2015 o Decreto-Lei relativo ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e a Lei de Enquadramento Orçamental, ambos vêm introduzir alterações significativas em todas as fases do processo orçamental em Portugal.

O modelo de gestão das finanças públicas deve permitir definir os recursos a afectar a cada actividade, os bens e serviços públicos a produzir, os resultados e o impacto esperado dessa produção no conjunto da sociedade. Tal modelo deve apoiar a gestão e o processo de tomada de decisão de forma a garantir, com transparência, a devida responsabilização dos gestores e agentes políticos pelos resultados globais obtidos em cada área. Adicionalmente, esse modelo deverá também permitir diagnosticar e evidenciar, em tempo útil, situações que ponham em causa a sustentabilidade das finanças públicas.

A natureza das entidades do sector público e o ambiente em que operam têm implicações nos conceitos que subjazem à estruturação do relato orçamental, económico-financeiro e de gestão. No sector público, o relato tem como principal objectivo fornecer informação para efeitos de accountability e tomada de decisão, tendo em conta que não é o retorno para os investidores que constitui o objecto primário deste sector, sem contudo serem menosprezadas as questões de sustentabilidade financeira, transparência e accountability. Nesse sentido, a medição do desempenho deste sector tem como enfoque o alcance de objectivos em termos de serviço a prestar aos cidadãos em função dos recursos disponíveis.

Os sistemas de contabilidade microeconómica harmonizados para todas as entidades do sector público (ou seja, a administração pública) em todos os Estados-membros da União Europeia, combinados com o controlo interno e a auditoria externa, parecem ser a forma mais eficaz de compilar dados do défice e da dívida com qualidade, segundo o princípio da contabilidade de acréscimo e em conformidade com as disposições legislativas em vigor.

Neste contexto, o novo enquadramento orçamental suportado por um moderno sistema contabilístico para as administrações públicas, fazem de Portugal um país de referência neste âmbito, contudo exige também dos recursos humanos aprendizagens e capacitações específicas que potenciem os benefícios que se esperam obter com estas alterações.

OBJECTIVOS

Com esta pós-graduação visa-se o alcance dos seguintes objectivos, em termos de aprendizagem e capacitações:

- Conhecer o contexto, os processos e os instrumentos de supervisão económica e das finanças públicas ao nível da União Europeia;
- Conhecer os princípios, conceitos e normativos do direito das finanças públicas;
- Saber como se desenvolve o processo de elaboração do quadro plurianual de programação orçamental e o orçamento do Estado;
- Saber como surgiu, quais as funções e como se estrutura o novo Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas;
- Saber aplicar as normas de contabilidade pública que integram os diferentes subsistemas contabilísticos;
- Saber avaliar o desempenho orçamental, económico-financeiro e de gestão das entidades públicas;
- Conhecer os deveres de prestação de contas das entidades públicas e a sua relação com a accountability;
- Conhecer os modelos de controlo interno e de auditoria aplicáveis ao sector público.

DESTINATÁRIOS

Embora esta pós-graduação possa ser frequentada por qualquer pessoa licenciada nas áreas da economia, gestão ou contabilidade tem, em particular, os seguintes destinatários: Dirigentes da administração pública e do sector público empresarial; Quadros e técnicos das entidades públicas; Todos os interessados nos temas emergentes da reforma da gestão das finanças públicas, decorrentes da nova Lei de Enquadramento Orçamental e do Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas.

Mais informações em: www.lis.ulusiada.pt

COORDENADOR

Mestre Helder Reis

ESTRUTURA CURRICULAR

- Finanças públicas no contexto europeu
- Direito das finanças públicas
- Programação orçamental anual e plurianual
- Regime financeiro das autarquias locais
- Sistema de contabilidade pública
- Controlo de gestão nas entidades públicas
- Prestação de contas pelas entidades públicas
- Controlo e auditoria das contas públicas

AValiação

Trabalhos individuais em cada um dos módulos e/ou teste e a possibilidade de realização de um trabalho final objecto de defesa pública.

DURAÇÃO

Este curso de pós-graduação apresenta um total de 140 horas lectivas.

CORPO DOCENTE

- Doutora Ana Furtado
- Mestre Hélder Reis
- Mestre Luís Viana
- Dr.ª Eugénia Santos
- Dr. Jaime Alves
- Dr. Vitor Braz

HORÁRIO

Pós-laboral

Para mais informações, consultar a página web relativa às pós-graduações: www.lis.ulusiada.pt/Ai78N.